

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE AS
CONSEQUÊNCIAS E RESPONSABILIDADES POLÍTICAS DO
FURTO DO MATERIAL MILITAR OCORRIDO EM TANCOS**

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XIII/4.ª (CDS-PP)]

Reunião n.º 48

(Sem revisão final)

2 de maio de 2019

(17:36 h-19:26 h)

Ordem do dia:

Audição do Ministro da Defesa Nacional, Dr. João Gomes Cravinho

Presidente da Comissão: José de Matos Rosa

Deputados oradores:

Rui Silva (PSD)

Maria da Luz Rosinha (PS)

Pedro Filipe Soares (BE)

António Carlos Monteiro (CDS-PP)

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Srs. Deputados, estamos em condições de iniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 36 minutos.

Dou as boas-vindas ao Sr. Ministro da Defesa Nacional, Dr. João Gomes Cravinho, cuja intervenção inicial iremos começar por ouvir.

Antes, irei apenas anunciar a nossa grelha de tempos: haverá uma primeira ronda, de 8 minutos por grupo parlamentar, com perguntas e respostas; uma segunda ronda, de 5 minutos por grupo parlamentar, com resposta conjunta do Sr. Ministro; e mais uma ronda, se necessário, de 3 minutos por cada grupo parlamentar e 2 minutos por Sr. Deputado.

Aproveitando para, mais uma vez, lhe dar as boas-vindas e cumprimentá-lo, começo por dar a palavra ao Sr. Ministro para fazer a sua intervenção inicial.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional** (João Gomes Cravinho): — Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Matos Rosa, e todos os Srs. Deputados membros da Comissão Parlamentar de Inquérito. Começo por agradecer o convite para estar aqui e por desejar sucesso pleno à Comissão Parlamentar de Inquérito na sua missão.

Vou procurar, nesta audição, trazer algumas considerações sobre questões associadas à experiência de Tancos, naturalmente, dizendo respeito ao período após 15 de outubro de 2018, que foi quando tomei posse. Os Srs. Deputados compreenderão que não possuo informação relevante no que respeita ao período anterior a 15 de outubro do ano passado, na medida em que apenas acompanhava como cidadão interessado, através da comunicação social, toda esta problemática.

No momento em que assumi funções, tive a preocupação de fazer um levantamento exaustivo da documentação disponível no Gabinete do Ministro da Defesa. Portanto, uma das primeiras orientações que dei ao meu Gabinete foi que se procedesse a uma pesquisa completa nos arquivos, nos cofres, de forma a assegurar que não havia nenhum documento, recebido no âmbito do processo do desaparecimento do material militar ou das circunstâncias que rodearam o chamado «achamento», que tivesse alguma relevância judicial.

Fez-se, portanto, um levantamento exaustivo e nada foi encontrado. Isso permitiu que me concentrasse naquelas que me pareciam ser, do ponto de vista político e operacional, as prioridades que o Ministro da Defesa Nacional deveria ter.

Uma vez identificado que não estava em falta em relação a nenhum dever de colaboração com a justiça, aquela que entendi ser a primeira prioridade foi a de contribuir para devolver às Forças Armadas, e muito em especial ao Exército, um ambiente de tranquilidade e de normalidade. Só nessas circunstâncias é que seria possível o Exército e as Forças Armadas concentrarem-se nas suas missões fundamentais. É isso que os portugueses esperam das nossas Forças Armadas, portanto, enquanto Ministro da Defesa Nacional, a tranquilidade das Forças Armadas tinha de ser, evidentemente, um assunto prioritário.

Para que isso fosse possível, na minha opinião, afigurou-se essencial cumprir dois requisitos: primeiro, o de renovar a liderança e o enfoque do Exército e, segundo, o de ter condições para assegurar aos portugueses que um episódio como o de Tancos não poderia voltar a ocorrer. Portanto, partilho umas breves considerações sobre cada uma dessas questões.

Em primeiro lugar, existia a questão de virar a página no Exército. Por razões óbvias, as circunstâncias impunham uma nova liderança no Exército. O General Rovisco Duarte entregou a sua carta de demissão ao Sr. Presidente

da República na quarta-feira, dia 17 de outubro. Nesse dia e no dia seguinte, levei a cabo as diligências necessárias para escolher um novo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME) e escolhi o General Nunes da Fonseca.

As instruções que dei ao General Fonseca foram claras, nomeadamente, que o Exército deveria estar concentrado nas suas missões, na execução das missões, no aprontamento para as missões e no apoio às missões. O enfoque quotidiano e exclusivo do Exército deveria ser esse e não considerações ou polémicas relacionadas com o caso de Tancos.

Para tal, era importante que todas as lições aprendidas de Tancos tivessem sido devidamente absorvidas e as conclusões postas em prática. Dei igualmente instruções para que todas as questões relacionadas com Tancos fossem tratadas com transparência, com lisura, com cooperação institucional irrepreensível. Em minha opinião, o General Nunes da Fonseca tem sabido interpretar bem essas orientações. Portanto, essa foi a orientação para dentro das Forças Armadas.

Quanto ao segundo ponto, parecia-me igualmente prioritário assegurar aos portugueses que um episódio como o de Tancos não podia repetir-se. Indiquei aos chefes militares, nos primeiros contactos, fosse com o novo Chefe do Estado-Maior do Exército, fosse com o Chefe do Estado-Maior da Armada e o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, que queria estar em condições de poder dar essa garantia aos portugueses.

Em conjunto com os chefes militares, procedeu-se a uma avaliação rigorosa e transparente das vulnerabilidades e confirmou-se que as medidas que tinham sido identificadas nas várias auditorias iniciadas em 2017 tinham sido todas implementadas. Com base nessas auditorias e nos subsequentes relatórios de *follow-up*, foi possível obter as necessárias garantias dos Chefes do Estado-Maior que eu pretendia.

Logo que possível, e como é da praxe para um novo ministro, visitei os três ramos, mas, no meu caso, quis que cada uma das visitas incluísse

também uma visita aos principais paióis, a saber: Santa Margarida, Marco do Grilo e Alcochete. Essas visitas serviram de ocasião para um *briefing* no local sobre os sistemas de segurança, com explicações sobre aquilo que foi alterado desde o assalto a Tancos.

Subsequentemente, já no mês de novembro, assinei despachos para cada um dos ramos das Forças Armadas, reiterando a necessidade de se respeitarem escrupulosamente todas as medidas preconizadas pelo meu antecessor, em setembro de 2017. Essas medidas dizem respeito ao reforço do controlo de segurança e vigilância dos paióis, bem como do sistema de segurança de transporte e sistemas de segurança das próprias instalações militares.

Os Chefes do Estado-Maior dos três ramos têm plena consciência da elevada importância de assegurar a segurança dos paióis e todos me ofereceram as garantias que pude retransmitir, em declarações públicas, ao País. Hoje, posso reafirmar com confiança que o equipamento à guarda das nossas Forças Armadas se encontra em plena segurança e que não seria possível repetir-se uma situação como a de Tancos.

Posteriormente, tive oportunidade de homologar as auditorias de *follow-up* às auditorias iniciais. Na sequência dessas auditorias iniciais, os ramos desenvolveram medidas preconizadas nas auditorias. Depois, fizeram-se auditorias de *follow-up*, que pude homologar, e as conclusões dessas auditorias de *follow-up* estão agora também em fase de execução por parte das chefias militares.

O acervo significativo de medidas inspetivas, recomendações e investimento em infraestruturas e vigilância foi objeto de atenção especial nos meus primeiros meses em funções, tendo tudo sido revisitado por mim e pelos chefes militares. Houve correção de procedimentos, criaram-se processos e sistemas de controlo mais eficazes, e é isto que nos pode dar plena confiança.

Creio que a conjugação destes fatores permitiu restaurar a confiança dos portugueses e criar condições para que o Exército e as Forças Armadas, no seu conjunto, se concentrassem nas suas missões fundamentais, sem que as consequências do episódio de Tancos fossem uma distração. A partir dessa altura, a questão de Tancos deixou de estar no âmbito das Forças Armadas e passou a estar apenas onde tinha de estar, nomeadamente na esfera judicial e na esfera parlamentar, através desta Comissão de Inquérito.

Outra questão que tem sido suscitada, em função do roubo e do posterior achamento, diz respeito à Polícia Judiciária Militar (PJM). No final do ano passado, no dia 28 de dezembro, recebi o relatório da auditoria extraordinária aos procedimentos de prevenção e investigação criminal na Polícia Judiciária Militar, que o meu antecessor, Ministro Azeredo Lopes, tinha demandado instaurar. A 17 de janeiro, homologuei esse relatório, que continha um conjunto de recomendações para a melhoria dos procedimentos internos da PJM. Essas recomendações foram endossadas e hoje constituem objeto de trabalho por parte da Polícia Judiciária Militar.

Tive ocasião de visitar a Polícia Judiciária Militar, ainda em dezembro, e de transmitir aos funcionários da casa uma mensagem de encorajamento, tal como no caso do Exército e das Forças Armadas, em geral. Considero importante que a PJM possa desempenhar o seu trabalho de forma normal e tranquila, sem que seja penalizada por questões de polémica pública.

Mais recentemente, após ter recebido uma comunicação sobre a matéria da parte da Procuradoria-Geral da República (PGR), que continha elementos relacionados com o dia 18 de outubro de 2017, o dia do achamento do material furtado em Tancos, ordenei uma ação inspetiva para o apuramento da legalidade da atuação da PJM nessa ocasião.

A ação inspetiva foi feita com a urgência que eu tinha pedido e foi possível concluir que houve uma quebra do dever de cooperação por parte

dos elementos da PJM envolvidos no chamado «achamento», tendo havido desvios em relação ao padrão de atuação da PJM em situações de investigação criminal. Esse relatório, que é confidencial, foi transmitido à Sr.^a Procuradora-Geral da República, para os devidos efeitos, e também aos Chefes do Estado-Maior do Exército, da Armada e da Força Aérea, que têm responsabilidade em matéria disciplinar, para que eles procedam em conformidade, de acordo com a legislação em vigor.

Quanto ao mais, gostaria de chamar a atenção para o facto de, em cada ano, se investigarem várias centenas de casos na Polícia Judiciária Militar. Só este ano, até agora, foram abertos 173 inquéritos, que estão atualmente a ser investigados, e, entre 2015 e a data atual, foram concluídos e remetidos para o Ministério Público 1456 inquéritos. Ou seja, o trabalho normal da Polícia Judiciária Militar é intenso e funciona precisamente de acordo com o preceituado.

Enquanto Ministro da Defesa Nacional, a minha prioridade a este respeito é que a PJM se dedique à continuidade do seu trabalho quotidiano normal e que qualquer tipo de comportamento desviante por parte de agentes da Polícia Judiciária Militar seja adequadamente detetado e penalizado. A auditoria extraordinária que foi ordenada pelo meu antecessor e a ação inspetiva pedida por mim oferecem pistas para algumas melhorias, que estão atualmente em curso, e fornecem o material necessário para que as autoridades competentes possam proceder em conformidade quanto às falhas que terão ocorrido.

Em conclusão, Srs. Deputados, enquanto cidadão e enquanto Ministro da Defesa Nacional, quero expressar o meu desejo de que haja um apuramento integral da verdade neste caso. Esse apuramento compete às instituições que têm esta responsabilidade, nomeadamente na esfera judicial e no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Naturalmente, estou plenamente disponível para colaborar no apuramento cabal de toda a

verdade. Os desafios com que se confrontam todos os dias os nossos militares e as missões que eles têm para cumprir não se coadunam com climas de suspeição e incerteza.

Muito obrigado. Estou à vossa disposição.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Para iniciar a primeira ronda de perguntas, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro e todos os que o acompanham, assim como as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

O Sr. Ministro é nomeado na sequência da demissão do Ministro Azeredo Lopes, que está naturalmente ligada com o furto das armas dos paióis de Tancos.

O Sr. Ministro tem consciência desse facto e sabia que, ao assumir a pasta da Defesa, esse iria ser um assunto que estaria na ordem do dia e sobre o qual quer a imprensa quer a Assembleia da República, porque já na altura se falava da Comissão de Inquérito, iriam ouvir o Sr. Ministro. E por certo terá tido todo o cuidado, nas conversas que teve com o seu antecessor, bem como dentro do seu Ministério, de procurar informar-se sobre todos os factos que estiveram na base do furto das armas dos Paióis Nacionais de Tancos, bem como sobre todos os procedimentos que foram adotados pelo seu antecessor no sentido de esclarecer todo esse furto, como é que ele aconteceu, como é que o achamento das armas aconteceu, tendo em conta o que o Sr. Ministro já disse que era uma necessidade imperiosa restaurar a imagem das Forças Armadas, principalmente a do Exército.

O que é que o Sr. Ministro, nas conversas que teve com o seu antecessor, que devem ter sido muito aprofundadas porque essa foi a base da

demissão do Ministro Azeredo Lopes, nos pode informar no sentido de dar o seu contributo para o esclarecimento deste assunto?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Efetivamente, tive uma reunião de transição com o meu antecessor, uma reunião de 1 hora. Estou particularmente grato, porque, entre a sua demissão e a minha entrada em funções, ele e os membros do seu Gabinete dedicaram o fim de semana para prepararem uma pasta bastante extensa com a matéria que estava em curso no âmbito do Ministério da Defesa Nacional, que me permitiu rapidamente inteirar de um conjunto de questões.

Não falámos de Tancos, não falámos dessa matéria. Não houve da parte dele nenhuma informação e essa matéria estava já no âmbito judicial, pelo que também não considereei necessário pedir-lhe esclarecimentos que ele, seguramente, já deu ou dará oportunamente às instâncias apropriadas.

Devo dizer que não entendi as minhas funções como as de um investigador sobre essa matéria, visto que essas funções estão atribuídas a quem tem de as desempenhar. A minha preocupação dizia respeito ao futuro, mais do que ao passado; ao passado apenas na medida em que me ajudava para as minhas tarefas futuras.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Ministro, uma palavra recorrente tem sido esta: perplexidade e, sinceramente, esta resposta do Sr. Ministro, para mim, é outra perplexidade, a acrescentar às inúmeras que temos tido nesta Comissão de Tancos.

O Sr. Ministro, numa reunião de «passagem de testemunho», dizer que não falaram sobre Tancos, que era o facto que esteve na base da demissão do seu antecessor e que causou problemas de imagem às Forças Armadas, causou problemas de imagem ao Governo, causou problemas de imagem ao

País, dizer que não conversaram sobre o problema de Tancos, para mim, é uma imensa perplexidade, e penso que os portugueses que amanhã lerem esta declaração no jornal também terão essa mesma perplexidade.

Ao longo desta Comissão de Inquérito, temos verificado muitas imagens diferentes, muitas perspectivas diferentes por parte dos inúmeros elementos que têm sido aqui inquiridos. Ouvei na declaração inicial do Sr. Ministro que procurou vários documentos no seu Ministério e que não terá encontrado nenhum que estivesse diretamente relacionado com Tancos. No entanto, temos ouvido aqui diversos intervenientes dizerem que entregaram, quer aos chefes de gabinete, quer aos ministros, memorandos para a frente, memorandos para trás...

O Sr. Ministro acha natural que no Ministério da Defesa não conste nenhum desses documentos de que se tem falado aqui, na Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — De facto, o que lhe posso dizer é que fizemos o levantamento que referi e não havia nenhum documento que não tivesse sido já entregue às instituições apropriadas, nomeadamente à Procuradoria-Geral da República.

Como imagina, há vários documentos de natureza secreta relacionados com, por exemplo, as auditorias, mas nada que não fosse já do conhecimento das autoridades competentes.

Era essa a minha preocupação.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Posso, portanto, concluir que o levantamento exaustivo que o Sr. Ministro mandou efetuar no seu Ministério versou apenas sobre documentos e não em ouvir o que o seu antecessor pensava sobre o assunto?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Aquilo que eu sei é que o meu antecessor manifestou disponibilidade para ser ouvido pelas instâncias apropriadas e não me sentia na posição de inquisidor. Aquilo que me interessava no diálogo com o meu antecessor era saber o ponto de situação de um conjunto de matérias que, como saberá, vão muito para além da questão de Tancos e ele teve a amabilidade de me atualizar sobre um conjunto de assuntos, que não o de Tancos.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Ministro, nós, nesta Comissão de Inquérito, ouvimos falar de três memorandos, e eu vou especificar.

O Sr. Ministro teve conhecimento do memorando entregue pelo Coronel Luís Vieira, no início do mês de outubro, no Ministério da Defesa, ao General Martins Pereira, na altura chefe de Gabinete de Azeredo Lopes? Teve alguma conversa com o mesmo? Alguma vez teve contacto com esse documento? Alguma vez pediu que procurassem o documento no Ministério?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Eu não conheço esse documento, nunca o vi. Naturalmente que, porque quando assumi funções já era do conhecimento público que haveria um documento, quando pedi que se fizesse o levantamento também tinha em mente esse documento, que não foi encontrado. Nunca falei com o Sr. Coronel Luís Vieira, nem falei desta matéria com o Sr. General Martins Pereira.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Há um segundo memorando, entregue em 4 de agosto, em que o Coronel Luís Vieira diz que há mau relacionamento entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária. Alguma vez teve conhecimento deste memorando? Encontrou-o na busca exaustiva que fez no Ministério?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, não tenho nenhum conhecimento desse memorando.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Outra das orientações que foram aqui presentes pelos inquiridos foi a da referida tese da encenação, que o achamento das armas teriam sido alvo de uma encenação por parte da Polícia Judiciária Militar e que essa recuperação nos remete para o conhecimento de uma investigação paralela que terá ocorrido pela Polícia Judiciária Militar, saindo das ordens emitidas pela Procuradoria-Geral da República que entregava a gestão do *dossier* à Polícia Judiciária e a Polícia Judiciária Militar apenas teria o papel de coadjuvante da Polícia Judiciária.

Alguma vez teve conhecimento desta tese? Foi referida por alguém? Como é que encara esta ideia que tem sido transversal em toda a Comissão de Inquérito?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Naturalmente que, em relação essa tese, sendo pública, ouvi falar nela.

Aquilo que era minha preocupação, e foi objeto de ação inspetiva que mandei fazer, dizia respeito à legalidade da atuação da Polícia Judiciária Militar. Fez-se a ação inspetiva e aí há, de facto, como indiquei nas declarações iniciais, matéria para pensar que houve uma quebra do dever de cooperação e houve falhas de atuação por parte dos responsáveis na Polícia Judiciária Militar.

A minha preocupação enquanto Ministro da Defesa Nacional foi a de verificar que tais falhas se deviam a erros de comportamento, a desvios de comportamento por parte de responsáveis e não a falhas sistémicas institucionais. Fiquei satisfeito quanto a isso, fiquei satisfeito por saber que os procedimentos habituais são normalmente seguidos e que aquilo que se

verificou terá sido uma exceção e não algo de habitual no comportamento da Polícia Judiciária Militar.

Portanto, acho que, nessas circunstâncias, aquilo que há a fazer é, sobretudo, identificar exatamente como foi possível que tal ocorresse, tirar as lições apropriadas e, nomeadamente, proceder também em conformidade em termos disciplinares.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Passemos, agora, para a demissão do Chefe de Estado-Maior do Exército, General Rovisco Duarte.

O Sr. Ministro disse que, na sua atuação inicial, pretendia renovar a liderança. Com isto quer dizer que foi o Sr. Ministro que solicitou ao General Rovisco Duarte que se demitisse?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O Sr. General Rovisco Duarte assinou uma carta pedindo a sua exoneração ao Sr. Presidente da República. Portanto, foi ele que assumiu essa iniciativa.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — E o Sr. Ministro, por certo, tem conhecimento que a carta enviada ao Sr. Presidente da República fala em motivos pessoais para o pedido de exoneração, mas que, em reunião tida com as chefias militares e com outros militares, ele fala de pressões políticas e de situações políticas que o levaram a demitir-se.

O Sr. Ministro não se sentiu atingido e diz mesmo que era importante renovar a liderança. O que é que o Sr. Ministro quer dizer com isso? Não está implícita a ideia de demissão do Sr. Chefe de Estado-Maior?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Creio que, ao pedir a exoneração, o Sr. General interpretou corretamente o momento. Era um momento em que, de facto, se exigia renovação, foi isso que aconteceu.

Quanto ao mais, vi que houve declarações por parte do Sr. General que falam de várias motivações que terá tido para apresentar a sua carta. Do ponto de vista institucional, apenas me posso ater àquilo que ele escreveu na carta pedindo ao Sr. Presidente da República que o exonere e fala de questões pessoais. O mais terá de ser o próprio General Rovisco Duarte a esclarecer.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Vou colocar uma situação hipotética, Sr. Ministro.

Perante toda a atuação do General Rovisco Duarte após o furto das armas em Tancos e perante a atuação quer do Exército, quer do Governo nesta matéria, se ele não pedisse a exoneração o Sr. Ministro mantinha a confiança?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Deputado, em relação a cenários hipotéticos, podemos fazer todo o tipo de confabulações.

Aquilo que me apraz dizer, neste momento, sobre o assunto é o seguinte: o Sr. General Rovisco Duarte, a 17 de outubro, interpretou corretamente o momento. Penso que ele percebeu a situação e tomou a iniciativa necessária.

Portanto, eu não tive de tomar qualquer outro tipo de atitude, não se verificou a circunstância que o Sr. Deputado coloca como hipótese.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Na sequência da exoneração do General Rovisco Duarte, houve necessidade de proceder à nomeação do novo CEME (Chefe do Estado-Maior do Exército). Na altura, toda a imprensa apontava quer para o General Serafino quer para generais que estavam diretamente ligados às estruturas do Exército. No entanto, a escolha recaiu sobre o General Nunes da Fonseca.

Sr. Ministro, qual foi a razão dessa escolha, dessa indicação, a de alguém que vinha da GNR, a de alguém que não estava diretamente ligada ao Exército? Com isso, haveria alguma tentativa de afastar quem pudesse estar ligado diretamente ao caso Tancos ou criar alguma situação, porque o Sr. Ministro tinha consciência de que a nomeação do General Nunes da Fonseca poderia criar conflito dentro da estrutura normal do Exército?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Em relação à substituição do General Rovisco Duarte, como mencionei, procedi a um conjunto de diligências: ouvi o Sr. Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas, conforme estabelecido na LOBOFA, Lei Orgânica de Bases da Organização das Forças Armadas, e procedi também — e isto não está escrito em lado algum, mas pareceu-me útil fazê-lo, particularmente porque não conhecia pessoalmente os generais — a um conjunto de audições dos seis generais mais graduados do Exército, isto é, seis dos oito Tenentes-Generais que o Exército tinha naquele momento.

Ouvidos os seis, cheguei à conclusão de que aquele que melhor interpretava aquilo que era necessário fazer no Exército, aquele que melhor me respondia sobre as prioridades do Exército era o General Nunes da Fonseca, que, de facto, estava na GNR, mas nunca interpretei isso como um fator de possível conflitualidade no Exército, tanto assim que a nomeação dele foi recebida de forma muito pacífica e não tem havido qualquer tipo de dificuldade.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — O Sr. Ministro afirmou várias vezes, em entrevistas que deu, que era necessário aprender com os erros. Que erros identificou em todo este processo? Que lições foram aprendidas com o sucedido em Tancos? E quais as melhorias, de que o Sr. Ministro também já

falou, que foi necessário introduzir para garantir, na opinião do Sr. Ministro, a segurança dos portugueses e a nova imagem das Forças Armadas?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Efetivamente, competia, em particular, ao Exército, mas também aos outros ramos das Forças Armadas, fazer uma análise cuidada daquilo que se tinha passado naquele evento e identificar os mecanismos necessários para evitar que, no futuro, se pudesse repetir.

Ora, isto implicou que, no Exército, mas também nos outros ramos, se procedesse a um investimento financeiro no reforço das infraestruturas e que se procedesse também a um reforço nos mecanismos de vigilância e na adoção de videovigilância, sempre que necessário, em torno dos vários paíóis.

Trata-se, obviamente, de matéria da competência do Exército. Enquanto responsável político, a minha função é a de poder dizer aos portugueses que as circunstâncias, hoje, já não permitiriam que se repetisse uma situação como a de Tancos. Para tal, pedi aos Chefes de Estado-Maior dos ramos que me dessem todas as garantias. Eles deram-me todas as garantias, explicando, em pormenor, aquilo que fizeram e fornecendo relatórios sobre as matérias, também em função daquilo que são as recomendações que constam dos relatórios da Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

Portanto, são matérias técnicas. Penso que o Chefe do Estado-Maior do Exército, que já cá esteve, terá aprofundado, em alguma medida, algumas dessas matérias, mas há um conjunto de medidas novas que reforçaram a segurança em torno dos paíóis.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Uma última pergunta tem a ver com o seguinte: o Sr. Ministro afirmou aqui, com convicção, que um episódio semelhante a Tancos não se irá repetir. Mas a verdade é que, ao longo de toda esta Comissão de Inquérito, o problema de Tancos não foi apenas um problema de segurança, de videovigilância e de falta de coordenação do Exército. Perpassou, ao longo de toda esta Comissão, a falta de organização entre os vários serviços de informação do País, desde o SIS (Serviço de Informações de Segurança) ao SIRP (Sistema de Informações da República Portuguesa), à Polícia Judiciária, à Polícia Judiciária Militar e até aos nossos governantes. Esse é que me parece ter sido o grande problema.

O que é que o Sr. Ministro fez e o que tem conversado com os seus colegas no sentido de resolver esses problemas? É que esse é que foi, de facto, o verdadeiro problema de Tancos. Não foi só a descoordenação do Exército, foi, sim, a descoordenação de todas as entidades, desde o Governo passando pelos serviços de informação e também pelo Exército.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado, naturalmente que as instruções que dei — em particular, ao Chefe do Estado-Maior do Exército, mas também aos Chefes de Estado-Maior dos outros ramos — foram não só a de desenvolverem todos os mecanismos apropriados relacionados com a segurança imediata como também a de terem relações de cooperação e de colaboração leal e transparente com outras entidades que tenham algum tipo de envolvimento na matéria, desde logo os outros ramos e também as outras instâncias do poder judicial e o nosso sistema de segurança.

Portanto, hoje em dia, creio que há uma consciência muito clara por parte dos Chefes de Estado-Maior dos três ramos da necessidade absoluta de trabalharem em estreita coordenação, de acordo com aquilo que está estabelecido com as outras entidades que têm competência.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Muito obrigado, Sr. Deputado, e muito obrigado, Sr. Ministro, pelas respostas dadas a esta primeira ronda de perguntas.

Tem, agora, a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sr.^a Deputada Maria da Luz Rosinha.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, saúdo, em nome do Partido Socialista, o Sr. Ministro e agradeço a sua disponibilidade para estar presente nesta Comissão, a qual, estando praticamente a terminar os seus trabalhos antes da apresentação e discussão do relatório, pretende deste encontro obter algumas clarificações.

O Sr. Ministro, na sua primeira intervenção, respondeu a muitas das questões que tínhamos previsto colocar-lhe, o que foi bom, mas, ao mesmo tempo, deixou ainda algumas em aberto. Ora, é sobre essas que me vou debruçar.

Como já foi afirmado, e é assumido por todos nós, este foi um momento de grande perturbação a nível nacional, desde logo, numa área tão fundamental como é a das Forças Armadas.

Ora, geraram-se algumas dúvidas no povo português, pelo que, como o Sr. Ministro disse, e muito bem, era preciso repor a tranquilidade dentro dos próprios ramos, mas também, e ao mesmo tempo, passar uma imagem de estabilidade para a opinião pública. Isso era determinante para que a situação pudesse ter um desfecho positivo.

Neste contexto, falou das auditorias que estavam em curso quando tomou posse e que tinham sido determinadas pelo seu antecessor e também falou daquilo que decidiu fazer.

Pareceu-me muito interessante o facto de ter referido que mandou fazer um levantamento exaustivo de tudo aquilo que havia sobre o problema.

Isso é importante e dá conta da sua preocupação com o mesmo e do reconhecimento da gravidade, já que tivemos aqui momentos em que demos conta que as pessoas diziam não saber de nada.

Neste contexto — e porque nestes últimos dias vieram a público muitas notícias sobre os resultados da auditoria, sendo que já existem os resultados e as suas conclusões e que o Sr. Ministro também disse que tinha homologado o relatório —, pergunto-lhe: face àquilo que aconteceu e face ao resultado dessa mesma auditoria, confirma as notícias que vieram a público de que houve efetivamente falhas comprovadas no dever de cooperação entre as instituições, no caso concreto, entre a Polícia Judiciária Militar e a Polícia Judiciária, falhas essas que puseram também em causa aquilo que foi determinado pela ex-Procuradora-Geral, a Dr.^a Joana Marques Vidal? É que a ação da Polícia Judiciária Militar contrariou aquilo que tinha sido determinado pela ex-Procuradora, que era que o processo deveria passar para a esfera da Polícia Judiciária.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr.^a Deputada, de facto, houve uma decisão de atribuir a titularidade deste caso à Polícia Judiciária e aquilo que a Polícia Judiciária Militar tinha de fazer, como acontece sempre que se verifica tal situação, era simplesmente acatar essas instruções e apoiar, na medida em que fosse solicitada para tal, a atuação da Polícia Judiciária.

Verificámos, através da ação inspetiva, das informações que, entretanto, vieram a lume, que houve uma falha. Agora, o que é importante a este respeito é perguntarmo-nos se essa falha é de natureza institucional ou se é meramente uma falha no comportamento das pessoas que estão num determinado momento nas instituições. Nenhuma instituição está a salvo da possibilidade de as pessoas que estão nessa instituição funcionarem de forma incorreta.

Em minha opinião — e foi isso que a ação inspetiva permitiu confirmar —, houve, de facto, uma falha no comportamento e não uma falha de natureza institucional. Não há nada na natureza do habitual funcionamento da instituição que me dê razão de preocupação.

Houve, de facto, falhas de natureza humana e essas falhas têm de ser devidamente esclarecidas, com todas as consequências que daí advêm.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Portanto, a análise do Sr. Ministro vem exatamente ao encontro daquilo que também foi o sentimento na apreciação de declarações feitas anteriormente, desde logo, por elementos da Polícia Judiciária Militar, em que os sentimentos, pelo facto de se terem visto lateralizados na análise de um determinado processo, influíram na sua ação.

Outra questão que importa esclarecer é se, de algum modo, os resultados da auditoria colocam ou identificam problemas ou processos de melhoria cuja alteração possa depender do Parlamento.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr.^a Deputada, um primeiro comentário para dizer que não quero adivinhar o que serão os sentimentos das pessoas nas instituições, mas naturalmente que as instituições não se podem reger por sentimentos.

Agora, sobre o Parlamento, diria que, em minha opinião, não há, neste momento, nenhuma matéria relacionada com a atuação da Polícia Judiciária Militar ou com a natureza do seu relacionamento institucional com a Polícia Judiciária ou com outros órgãos do sistema judiciário que deva merecer a atenção do Parlamento.

Portanto, diria que as questões estão bem entregues, nomeadamente no âmbito do sistema judiciário, e que a Polícia Judiciária irá naturalmente, com o seu *timing*, produzir os resultados necessários.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Ministro, então, seguindo até um pensamento que expressou logo na sua primeira intervenção — instando a que deixemos o passado e falemos do futuro, do que é preciso fazer para garantir que não voltam a suceder coisas desta natureza —, falemos do estado da segurança das instalações militares. O que pretendemos é tentar perceber o estado atual da segurança das instalações militares, do material militar no nosso País.

O Sr. Ministro, há algum tempo, afirmou publicamente que estava a verificar, com os três ramos das Forças Armadas, os aperfeiçoamentos necessários a realizar nesse âmbito, assim como todas as diligências que, no imediato, depois de ter acontecido o furto e principalmente depois de ter tomado posse, foram tomadas.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Muito obrigado, Sr.^a Deputada.

Efetivamente, essa foi a minha preocupação imediata, por razões inerentes à importância da segurança das instalações e dos equipamentos à guarda das Forças Armadas, e também no intuito de poder explicar aos portugueses que não tinham de ter qualquer tipo de preocupação em relação a essa matéria.

No âmbito das auditorias, identificou-se um conjunto de melhorias que deveria ser feito às instalações, aos sistemas de vigilância, e essas recomendações foram seguidas. Houve um investimento que continua a ser necessário, porque há um aperfeiçoamento constante que é preciso ir fazendo, e nós temos, seja no âmbito da atual/anterior Lei de Programação Militar, que vai até 2018, seja naquela que está ainda em tramitação aqui, na Assembleia da República, investimento previsto para a segurança.

Também na Lei de Infraestruturas Militares, que também está em tramitação na Assembleia da República, se prevê investimento nos equipamentos de segurança ou nas instalações das Forças Armadas.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Ministro, seguindo essa linha de pensamento, pergunto: poderemos considerar que o estado de segurança das instalações e também o estado dos meios complementares de segurança, quer seja na Marinha, no Exército ou na Força Aérea, estão neste momento melhorados de forma a garantir que, na realidade, acontecimentos como aquele não podem repetir-se?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sim, essa era de facto uma preocupação grande que eu tinha logo que assumi funções e posso dar essa garantia aos portugueses.

Há sempre necessidade de revermos as normas, os procedimentos e as condições de segurança e, portanto, há uma componente que é normal nos processos de melhoria que devem ter lugar todos os anos, com investimento e revisitando os procedimentos.

Por outro lado, houve também, claramente, neste caso, a necessidade de recuperar em relação a uma degradação das condições de segurança que teve lugar ao longo de muitos anos, como é do conhecimento público.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — E porque falamos de degradação e porque ao longo das reuniões que tem havido nesta Comissão de Inquérito temos falado bastante do projeto SICAVE (Sistema Integrado de Controlo de Acessos e Videovigilância do Exército), da sua implementação, que tem um horizonte temporal com data limite até 2023, sendo que foi em 2016 que esta decisão foi tomada, gostaríamos de perceber qual é o ponto da situação relativamente à implementação do projeto

SICAVE, tendo por referência a data limite que acabei de referir, e, ao mesmo tempo, qual abrangência deste projeto e quais são as suas perspectivas de expansão a outras unidades ou ramos das Forças Armadas.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr.^a Deputada, efetivamente, o projeto SICAVE está em curso. É um projeto na ordem dos 25 milhões de euros, portanto, bastante substancial, que vai até 2022, que penso que é o último ano de investimento. Está fazer o seu percurso com normalidade e tranquilidade e com toda a atenção por parte do Chefe do Estado-Maior do Exército e da hierarquia do Exército.

Em relação aos outros ramos, as auditorias assinalaram algumas questões mas eram questões menos graves do que aquilo que ocorria no Exército, portanto, as melhorias também são mais atenuadas, mais ligeiras, não obstante serem necessárias.

Estamos também num processo de desenvolvimento de um mecanismo integrado entre os três ramos. Portanto, o SICAVE diz respeito ao Exército mas há também um projeto para integrar aquilo que são os processos de controlo e segurança dos equipamentos à guarda dos diferentes ramos, para que haja um conhecimento completo, sistémico, de tudo aquilo que existe nas Forças Armadas, ou seja, como está e em que condições está ser guardado.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — O Sr. Ministro, há instantes, fez alusão a duas matérias extramente importantes e uma delas ainda esta semana foi objeto de decisões na Comissão Parlamentar de Defesa, a Lei de Programação Militar, e referiu também a Lei das Infraestruturas Militares. As duas estão em processo de revisão e são fundamentais para a segurança nacional.

Sr. Ministro, uma vez que está muito por dentro deste assunto, gostaria de lhe pedir que nos dissesse de que forma as questões da segurança das infraestruturas das Forças Armadas, do património e da segurança do material militar foram tidas em conta na revisão destas leis, sobretudo ao nível da Lei das Infraestruturas Militares, que em breve estará em discussão, na generalidade, no Parlamento.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr.^a Deputada, efetivamente, em ambas as leis, na de Programação Militares e na de Infraestruturas Militares, se prevê investimento em questões de segurança. Especificamente em relação à Lei de Infraestruturas Militares, ao longo dos 12 anos de vigência da lei, prevê-se um investimento na ordem dos 42 milhões de euros, ou seja, 16% do total.

É claro que, com é sabido, a execução da Lei de Infraestruturas Militares depende sempre da geração de receita. Prevê-se receita na ordem dos 22 e depois dos 20 milhões de euros por ano e, portanto, se se verificar esta receita, e creio que há condições para tal, a afetação da receita prevista aponta para qualquer coisa como 42 milhões de euros ao longo dos 12 anos, que é aquilo que é necessário. Ou seja, nesta matéria temos sempre de dar prioridade à segurança e nunca há dinheiro suficiente para todos as nossas ambições, mas em matéria de segurança não podemos cortar e, portanto, a prioridade será dada ao investimento em segurança.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — É bom ouvir isso, Sr. Ministro, ao mesmo tempo que podemos transportar essa priorização para outro campo — permita-me dizer-lhe isto —, que tem a ver com o sistema de informação.

No caso concreto do sistema de informação, a atualização é um trabalho constante, não é nada que chegue ao fim, porque a tecnologia está numa evolução super-rápida e, como tal, é preciso estar sempre a investir,

mas também dessa forma garantimos que, na realidade, o controlo efetivo do material militar, desde logo do mais sensível, acontece de maneira correta e eficaz.

Por isso, Sr. Ministro, pergunto-lhe em que pé estamos no desenvolvimento desse sistema, que chegou a ser aludido, o centro de dados da defesa nacional, e de que maneira poderemos, no futuro, com uma atualização correta deste funcionamento, garantir — não sei se é possível usar esta palavra mas pelo menos evitar —, em grande parte, que situações como esta possam voltar a acontecer.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sim, de facto, era necessária uma atualização dos nossos sistemas. Como disse, este é um processo que tem muitos anos e essa atualização passa pelo conhecimento em tempo real do inventário de tudo aquilo que existe e onde está, e quando há alguma mudança isso tem de ser registado automática e imediatamente.

O desenvolvimento desse sistema está em curso e durante a próxima legislatura, ao longo dos próximos anos, será finalizado e estará plenamente em funções.

A Sr.^a **Maria da Luz Rosinha** (PS): — Sr. Presidente, vou utilizar os 7 segundos de que ainda disponho para agradecer mais uma vez ao Sr. Ministro a clareza da sua exposição e dizer que ficámos esclarecidos acerca das questões que lhe colocámos. Muito obrigada pela sua vinda aqui.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, pelo Grupo Parlamentar do BE.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, a quem cumprimento.

Vou ater-me muito às questões relacionadas com a Comissão de Inquérito, dado que para outras matérias há comissões especializadas que acompanham os trabalhos do Ministério da Defesa e do Sr. Ministro, em particular. Por isso, especificamente, vou abordar as matérias relacionadas com o furto de Tancos e com a informação a que possamos aceder por parte do Sr. Ministro.

O Sr. Ministro já disse aqui que não teve nenhum contacto com o anterior tutelar da pasta no que toca especificamente à passagem de informação sobre o furto de Tancos. Desse ponto de vista, não negou que foi um facto fundamental para a exoneração do anterior Ministro e para a sua nomeação para o cargo e pergunto-lhe — é uma das questões relevantes para ser avaliada por esta Comissão de Inquérito — se existia algum conhecimento das ações que levaram a algum tipo de encobrimento do furto de Tancos ou do achamento do material militar por parte da diversa estrutura hierárquica dentro do Governo e da Nação.

Creio que a pergunta que falta e que é necessário fazer, em nome da transparência que exigimos e de não haver qualquer tipo de tabu nas perguntas que são aqui feitas, é a seguinte: nas conversas que teve com o Sr. Primeiro-Ministro, esta temática em particular foi alvo da preocupação do Sr. Primeiro-Ministro? Se sim, ele demonstrou algum conhecimento de algum tipo de encobrimento do achamento ou do furto do material? Dito de outra forma mais direta, as suspeitas que tentaram criar sobre o Sr. Primeiro-Ministro de que estaria a par e teria sido informado do que aconteceu, quer pelo Sr. Ministro, quer pela Polícia Judiciária Militar, alguma vez lhe foram indicadas a si?

A segunda pergunta vem na mesma sequência de argumentação e de raciocínio e é a seguinte: em algum contacto com o Sr. Presidente da República, da mesma forma, alguma informação ou algum indício lhe foi demonstrado ou indicado sobre o conhecimento da atuação da Polícia

Judiciária Militar, ou dos seus membros, que, como o Sr. Ministro aqui disse, não terão tido uma conduta individual aceitável?

Portanto, estes dois titulares de órgãos de soberania, o Sr. Primeiro-Ministro ou o Sr. Presidente da República, alguma vez lhe deram a conhecer que tinham esse conhecimento, que tinham algum indício? De alguma forma, eles podiam «vestir» o corpo da suspeita que foi lançada publicamente por parte de algumas forças políticas em particular?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, as circunstâncias em que tomei posse são conhecidas. Talvez por isso mesmo o Sr. Primeiro-Ministro não tenha considerado necessário tecer considerações sobre a matéria. Eram circunstâncias publicamente conhecidas.

Não tive com o Sr. Primeiro-Ministro, nessa altura e noutras alturas, nenhuma conversa sobre questões relacionadas com o achamento. Penso — penso porque nunca o foi dito de forma explícita — que a expectativa que o Sr. Primeiro-Ministro tinha era, pura e simplesmente, que eu trabalhasse em total transparência e cooperação institucional, se fosse necessário, com a Procuradoria-Geral da República, por exemplo, com ele, naturalmente, e com a Presidência da República.

Nunca falámos da matéria e a minha interpretação é que não foi necessário falar da matéria. Falámos sempre de questões funcionais, práticas, relacionadas com a gestão da pasta da Defesa mas não especificamente com Tancos, que quando assumi funções estava entregue já há algum tempo à Polícia Judiciária e corria o seu caminho nessa instância. O mesmo posso dizer em relação ao Sr. Presidente da República, que fez numerosos comentários públicos sobre a questão de Tancos. São conhecidas as posições que assumiu em vários momentos, tal com, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro,

mas não foram para além disso nas conversas particulares que tive quer com o Sr. Primeiro-Ministro quer com o Sr. Presidente da República.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, muito obrigado. Compreende que esta é uma informação essencial para a Comissão, até porque uma das suspeitas que estava em cima da mesa era exatamente até onde tinha chegado a informação sobre o achamento.

O Sr. Ministro referiu sempre, na sua intervenção inicial e nas respostas que deu, a forma de atuação de elementos da Polícia Judiciária Militar como um ato individual, dissociado da organização. Por isso, não teceu nenhuma crítica à organização, à forma de organização da Polícia Judiciária Militar ou, sequer, à existência da Polícia Judiciária Militar, atribuindo sempre a escolhas individuais de alguns elementos da Polícia Judiciária Militar essa atitude de, por um lado, não ter cooperado com a Polícia Judiciária e, por outro, aparentemente, até ter cometido algumas ilegalidades, algo que está a ser apurado agora pelas instâncias competentes, para determinar se são ou não ilegalidades.

Confirma esta minha interpretação da separação entre a responsabilidade individual ou a responsabilidade coletiva?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sim, confirmo.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas não considera que o número tão elevado de indivíduos a agir desta forma no seio da Polícia Judiciária Militar deveria levar a algum tipo de reflexão sobre como é que isto foi possível na Polícia Judiciária Militar?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Efetivamente, houve essa reflexão, tanto na primeira auditoria extraordinária, que foi ordenada ainda

pelo meu antecessor — salvo erro a 4 de outubro — e que me foi entregue no final do ano — 28 de dezembro —, e também na ação inspetiva de abril, recentemente.

Há processos de aperfeiçoamento necessários no âmbito da governança da PJM, no sentido de impedir que estas iniciativas individuais possam comprometer a instituição como aconteceu naquele momento.

Contudo, aqui estamos a falar de aperfeiçoamentos, porque a realidade da Polícia Judiciária Militar é, como referi na minha declaração inicial, que há centenas de casos todos os anos que são tratados com inteira normalidade e que requerem, em muitos casos, cooperação institucional normal com a Polícia Judiciária ou com outros órgãos do sistema judiciário e não merecem qualquer tipo de comentário; funcionam na normalidade, funcionam de acordo com a arquitetura pensada para essas instituições.

Portanto, temos um caso, que é um caso importante, de grande importância, é um caso particularmente grave e é um caso que, naturalmente, chama a atenção da opinião pública, mas esse caso não é nada típico do funcionamento da Polícia Judiciária Militar, pelo contrário, é um caso excepcional.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Agradeço a sua resposta, mas, evidentemente, com a dimensão do número de militares envolvidos, ele ultrapassa em muito uma excecionalidade meramente retórica, porque, de facto, o coração da Polícia Judiciária Militar foi afetado com estas escolhas individuais. E, para lá disso, vemos que isso não acontece numa patente especial mas, sim, que é transversal a diversas patentes.

Das diversas audições que tivemos nesta Comissão, aparenta resultar de dois sentimentos diferentes. Por um lado, há um primeiro sentimento de despeito entre a atuação da Polícia Judiciária Militar e da Polícia Judiciária, da decisão da entrega de uma investigação à Polícia Judiciária quando, foi-

nos dito aqui pelo anterior Diretor da Polícia Judiciária Militar que, considerava ele, essa investigação deveria ser da Polícia Judiciária Militar e não da Polícia Judiciária. Depois, há um funcionamento interno da própria Polícia Judiciária Militar, que frustra a ideia de ela englobar os diversos ramos das Forças Armadas e de ter, mesmo no seu seio, um alinhamento por ramos de Forças Armadas, como foi também aqui indicado por um dos responsáveis que pertencia à Força Aérea e não ao Exército, e se teria também sentido posto à parte disso.

Não considera que esta forma de organização está ferida, de facto, com os acontecimentos que tivemos?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado, creio que a Polícia Judiciária funciona genericamente bem, havendo sempre lugar, como há para quase todas as instituições, para aperfeiçoamentos.

De facto, não tenho nenhuma preocupação especial em relação ao funcionamento sistémico da Polícia Judiciária Militar. Claro que a auditoria e a ação inspetiva identificam algumas melhorias possíveis, fazem algumas recomendações. Aliás, é típico da Inspeção-Geral de Defesa Nacional, nas suas auditorias a todos os órgãos da área da Defesa Nacional, fazer recomendações para melhorias e algumas dessas melhorias têm a ver com questões de governança.

Devo dizer, aliás, que a auditoria foi feita com a incorporação de dois elementos, dois procuradores do Ministério Público, portanto não foi uma auditoria exclusiva do universo da Defesa Nacional, e isso creio que ajuda a dar as garantias necessárias em relação à solidez da análise que aí é feita. E essa análise não aponta para nenhum problema inerente à natureza da instituição.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Ministro, agradeço essa resposta, mas devo dizer-lhe que ela não nos acalma por aí além.

É que os indícios que aqui temos são de que alguns valores militares fundamentais, como é o do respeito pela hierarquia, não foram respeitados; não foram respeitados porque se colocou à frente do respeito da hierarquia uma fidelidade pelo ramo das Forças Armadas a que se pertencia, no seio do funcionamento da Polícia Judiciária Militar.

Isto até nos foi dito de forma mais expressiva, aqui, quando nos tentaram demonstrar que, de facto, a Força Aérea não seria vista da mesma forma que o Exército, nos casos particulares que analisámos.

Quando partimos de uma análise de um caso onde a legalidade foi colocada em causa, onde a hierarquia foi completamente ultrapassada, ficámos absolutamente preocupados com estes valores, que são os valores considerados como fundamentais dos pilares militares, terem aqui sido completamente sonegados e deixados para trás. E, como disse há pouco, não foi por uma patente em particular, foi estruturalmente, na Polícia Judiciária Militar. Do nosso ponto de vista, isto merece-nos enorme preocupação. Não vou insistir nesse ponto, percebo que o Sr. Ministro vai responder sempre com base nas investigações internas que foram feitas, mas a nós merece-nos essa preocupação.

Vou terminar apenas e só com uma pergunta, relativa ao futuro e que é agora responsabilidade do Sr. Ministro, que é a garantia, de facto, de que as alterações em curso, mesmo que à espera de investimentos futuros, já salvaguardam atualmente a segurança do material militar e que uma situação como a que tivemos em Tancos não poderá voltar a acontecer.

É que não estamos, sequer, a falar de tecnologia de ponta utilizada para fazer o assalto a Tancos, como percebemos. Aliás, o nome de um dos agentes, chamado Fechaduras, demonstra como não foi uma artimanha assim tão elaborada ou tecnologicamente avançada.

Era essa salvaguarda que lhe queria pedir.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Como sabe, o material que estava em Tancos foi redistribuído por três outros paióis: grande parte foi para o Marco do Grilo, que é da Armada, uma outra parte foi para Alcochete, da Força Aérea, e uma outra parte para Santa Margarida, porque se verificou que Tancos não tinha, efetivamente, condições para armazenar esse material.

Em qualquer um desses paióis temos toda a segurança que é necessária. É evidente que é sempre necessário, em Portugal ou em qualquer outra parte do mundo, fazer aperfeiçoamentos constantes aos mecanismos de segurança e às infraestruturas de segurança que existem e isso está em curso.

Contudo, hoje, já há plena segurança em relação ao material guardado pelas Forças Armadas. Já não está em Tancos, está em Santa Margarida, está em Alcochete, está em Marco do Grilo, e esses locais oferecem essa segurança, sim.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Dou agora a palavra ao Grupo Parlamentar do CDS-PP e ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar o Sr. Ministro.

Voltando a um ponto que já foi abordado, queria perguntar ao Sr. Ministro quando é que foi convidado para assumir as funções de Ministro da Defesa.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Deputado, fui convidado pelo Sr. Primeiro-Ministro no dia 12.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Pode dizer-nos a que horas?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Em Portugal ou no Brasil?

Risos.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — É indiferente.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Foi de manhã, no Brasil... Por volta da hora de almoço, eventualmente, não sei.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, terá sido à tarde, em Portugal, é isso?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não me recordo da hora exata. Penso ter sido próximo da hora de almoço, final da manhã, no Brasil, mas não lhe quero dar essa garantia, porque não tenho a recordação exata.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nessa conversa, o que é que o Sr. Primeiro-Ministro lhe disse em relação ao objeto da Comissão, em relação a Tancos?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sobre Tancos não disse nada, diretamente.

Trata-se de matéria que estava no centro das atenções da opinião pública e, mesmo longe, procurava manter-me atualizado sobre aquilo que se passava em Portugal. Portanto, tinha plena consciência da situação e da dificuldade da posição do meu antecessor nesses últimos dias.

É uma matéria pública, em que, do lado dos jornais, havia uma constante especulação sobre se ele ficaria ou não ficaria.

Portanto, sabia, naturalmente, que a sua substituição estava relacionada com Tancos. Mas o Sr. Primeiro-Ministro, nessa altura, não me fez nenhum comentário especial sobre Tancos.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Então que orientações é que lhe deu, na sequência da conversa e do convite, que foi aceite?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — A primeira oportunidade que tive de ter uma conversa mais prolongada com o Sr. Primeiro-Ministro foi na segunda-feira, dia 15, no próprio dia da tomada de posse, em que falámos sobre um conjunto de questões relacionadas com a esfera da Defesa, mas não sobre a matéria de Tancos, que estava, como está, na esfera judiciária.

Falámos sobre a Lei de Programação Militar, falámos sobre a necessidade de dar orientações novas ao IASFA (Instituto de Ação Social das Forças Armadas), enfim, matérias que têm sido objeto da minha atenção enquanto Ministro da Defesa.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Sr. Ministro, estou a fazer estas perguntas por uma razão. É que surgiu na comunicação social uma notícia, nessa altura, de que teria sido colocada como condição do Sr. Ministro, para aceitar o convite, a saída do Sr. General Rovisco Duarte.

Confirma ou não essa notícia?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — A única condição que coloquei ao Sr. Primeiro-Ministro foi a de que a minha mulher estivesse de acordo. Em relação ao Sr. General não coloquei nenhuma questão.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas teve conhecimento dessas notícias?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Vi essas notícias, mas confesso que uma pessoa não pode comentar as notícias todas que aparecem, porque são tantas e tão díspares. Mas essa notícia não tem nenhum fundamento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Não terá nenhum fundamento da parte do Sr. Ministro. Poderá alguém, outra fonte do Governo ter feito correr essa notícia? Não lhe parece possível que isso tenha acontecido?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O que lhe posso dizer é que em momento nenhum coloquei essa condição ao Sr. Primeiro-Ministro. Não faço ideia qual terá sido a base que levou um jornalista a colocar tal informação a circular.

De qualquer modo, estamos a falar de algo que só poderia ter ocorrido entre duas pessoas, entre mim e o Sr. Primeiro-Ministro.

O que lhe posso dizer é que, do meu lado, não houve nenhum tipo de condição como essa.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nem o disse à comunicação social, portanto?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Naturalmente que não o disse à comunicação social.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, temos aqui uma questão que, com toda a franqueza, me deixa com grande dificuldade.

Quanto às razões da demissão do Sr. General Rovisco Duarte, já ouvimos três teses, do próprio. E, portanto, gostaríamos de, pelo menos, perceber uma delas e qual é que será a verdadeira.

De início, para o Sr. Presidente da República, na carta em que se demitiu, anunciou razões pessoais. Num *e-mail* que é dirigido ao ramo, aos militares do Exército, diz que só a eles é que prestava contas — o que, no caso de um militar subordinado ao poder político não deixa de ser surreal —, e que as razões seriam políticas.

Aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito, veio dizer que discordava da Lei de Programação Militar e, uma vez que havia mudança de equipa, era por isso que se ia embora, em protesto contra a Lei de Programação Militar.

Sr. Ministro, alguma vez lhe foi transmitida esta discordância, nestes termos?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, nunca falei com o Sr. General Rovisco Duarte sobre a Lei de Programação Militar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Portanto, o Sr. General Rovisco Duarte faltou à verdade nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. É esta a conclusão que poderemos retirar?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O que posso dizer é que nunca conversei com o Sr. General Rovisco Duarte sobre a Lei de Programação Militar. Não posso comentar a natureza das afirmações dele.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas quando ele lhe comunicou que teria apresentado a sua demissão... ou nem sequer conversou com ele sobre a sua demissão?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Eu falei com ele na terça-feira, dia 16, e, na conversa que tivemos, falámos sobre a demissão dele. No dia seguinte, ele apresentou a sua demissão, o pedido de exoneração, ao Sr. Presidente da República.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — E não lhe falou na Lei de Programação Militar?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, não tivemos nenhuma conversa sobre a Lei de Programação Militar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Quanto à questão do famoso memorando e fita do tempo, já sabemos que foi recebido pelo Chefe de Gabinete do seu antecessor, na altura, que, por sua vez, o entregou ao assessor militar do Sr. Primeiro-Ministro, que o remeteu ao Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro. Portanto, até esse momento já temos o trajeto identificado.

O Sr. Primeiro-Ministro ou o Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro falaram-lhe, alguma vez, deste memorando? Alguém lhe falou deste memorando? Conhece ou viu o memorando e a fita do tempo?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, só o conheço pelo que tem aparecido na comunicação social. Não o vi e, enfim, estou, como todos

os cidadãos deste País, informado acerca da existência aparente deste memorando, mas não tenho nenhum conhecimento direto dele.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Nem por parte do Sr. Primeiro-Ministro? Ele nunca lho mencionou? Nem o Chefe de Gabinete do Sr. Primeiro-Ministro? Alguma vez houve alguma menção ao memorando?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, da parte do Sr. Primeiro-Ministro também não.

Quando entrei em funções esse aparente memorando já era do conhecimento público, portanto, era um assunto que estava no ar e que era conversado. Mas nunca tive, nem da parte do Sr. Primeiro-Ministro, nem da parte do seu Chefe de Gabinete, nenhuma indicação concreta sobre o memorando.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Diga-me o seguinte, Sr. Ministro: na sequência da auditoria extraordinária determinada pelo seu antecessor foi feito um relatório. O que é que o levou a determinar uma ação inspetiva já depois de ter havido esta auditoria extraordinária?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — A auditoria extraordinária foi uma auditoria genérica sobre o funcionamento da Polícia Judiciária Militar. A ação inspetiva que eu pedi foi uma ação inspetiva específica sobre a legalidade da atuação da Polícia Judiciária Militar no dia do achamento, porque foi remetido pela Procuradoria-Geral da República à Inspeção-Geral de Defesa Nacional um documento identificando tudo o que, na perspetiva da Procuradoria-Geral da República, tinha acontecido nesse dia.

A Inspeção-Geral de Defesa Nacional pediu-me orientações sobre esse documento enviado pela PGR e a resposta foi a de pedir uma ação inspetiva

sobre a legalidade do comportamento da PJM nesse dia, que, naturalmente, tem um enquadramento um pouco mais amplo.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quais são, então, as diferenças? Uma vez que já temos o relatório da auditoria extraordinária, iremos requerer também, evidentemente, o relatório desta ação inspetiva que o Sr. Ministro tornou agora público. Imagino que esteja classificado, mas o Sr. Ministro já falou sobre ele e, portanto, a Comissão Parlamentar de Inquérito terá de ter acesso a essa informação.

Portanto, quais são, especificamente, as diferenças?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — O primeiro diz respeito ao funcionamento da instituição e aos processos de investigação: como é que se desenvolvem, quais são os procedimentos habitualmente aplicáveis nas investigações.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Desculpe, deixe-me interrompê-lo, Sr. Ministro. Ou seja, no primeiro relatório, nada de substantivo foi apurado em relação ao que aconteceu no processo de Tancos, foi isso?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, o que eu disse foi que o objeto da primeira auditoria, que penso que é conhecido — mesmo que seja confidencial, e suponho, até, que o despacho do meu antecessor, de 4 de outubro, ordenando a auditoria, seja público —, tratava do funcionamento em geral da Polícia Judiciária Militar.

A questão que me leva, em 1 de abril deste ano, a pedir uma ação inspetiva específica sobre a legalidade da atuação da PJM foi o fornecimento, por parte da Procuradoria-Geral da República, de um conjunto de elementos

sobre o que se passou naquele dia, que demonstravam ou indiciavam alguma desconformidade em relação ao comportamento preceituado para a colaboração entre a Polícia Judiciária e a Polícia Judiciária Militar.

Portanto, o que eu pedi foi algo de muito específico em torno de um caso particular. A auditoria anterior não tinha sido em torno de nenhum caso em particular.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — E, portanto, nada tinha detetado?

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — A auditoria anterior fez um conjunto de recomendações úteis para melhorar os procedimentos, o funcionamento da Polícia Judiciária Militar. Não era uma auditoria que tivesse por objetivo reproduzir as investigações que estavam em curso no âmbito da Polícia Judiciária.

O Sr. António Carlos Monteiro (CDS-PP): — Mas, Sr. Ministro, compreenderá que nós estamos aqui numa Comissão de Inquérito que já leva algum tempo, muitos factos temos apurado, e, enfim, partiríamos do princípio que uma inspeção da Inspeção-Geral da Defesa Nacional, estando dentro de casa, conseguisse apurar mais factos até do que nós, relativamente ao que aconteceu.

O Sr. Ministro da Defesa Nacional: — Sr. Deputado, esses factos estão precisamente a ser investigados pela Polícia Judiciária e, nesse sentido, acho natural que não fossem objeto de uma outra investigação por parte da Inspeção-Geral da Defesa Nacional.

Contudo, a partir do momento em que a Procuradoria-Geral da República partilhou com a Inspeção-Geral da Defesa Nacional, e essa

instituição partilhou comigo, elementos sobre o que aconteceu naquele dia, naturalmente que me competia pedir à Inspeção-Geral da Defesa Nacional que averiguasse a legalidade da atuação da PJM e que tirasse daí as necessárias consequências.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, e os factos que até este momento foram apurados na Comissão Parlamentar de Inquérito não o motivaram, só por si, a apurar melhor o que terá acontecido?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Deputado, naturalmente que irei estar extremamente atento às conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito e se houver razão para tomar qualquer atitude ela não deixará de ser tomada.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, sem querer antecipar-me às conclusões, do que o Sr. Ministro nos falou foi de descontinuidade, falhas, que são termos que parecem algo desculpabilizantes para aquilo que parece ter sido uma ação deliberada de responsáveis da Polícia Judiciária Militar. Não foi um lapso, não foi um mero engano, não foi uma falha, Sr. Ministro. Portanto, eu compreendo que é um diplomata e respeito essa natureza da sua formação, mas a preocupação é que parece estar a desvalorizar, nas suas expressões, a gravidade do que sucedeu. É assim ou não?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Pelo contrário, considero extremamente grave que elementos dentro da Polícia Judiciária Militar, particularmente elementos com elevada responsabilidade dentro da Polícia Judiciária Militar, tenham agido em direta desconformidade e sabendo que o faziam em relação ao que estava estabelecido. Portanto, considero da maior

gravidade esse facto e penso que devem sofrer todas as consequências, do ponto de vista criminal e disciplinar. Do ponto de vista criminal, naturalmente, no sistema judiciário e do ponto de vista disciplinar, nos ramos das Forças Armadas, que são quem tem competência em matéria disciplinar.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, hoje, ao início da tarde, ouvimos aqui o Prof. Rui Pereira, que nos chamou a atenção para um ponto que é relevante, para além de todas as questões de competências e conexões de processos que já foram discutidas até agora: as ações encobertas apenas podem ser desencadeadas pela Polícia Judiciária, e a operação de recuperação, que é uma ação encoberta, foi desencadeada pela Polícia Judiciária Militar.

O Sr. Ministro tem a noção se a Polícia Judiciária Militar sabe que lhes estão vedadas por lei as ações encobertas, que é ilegal ter ações encobertas, segundo este entendimento, evidentemente?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sim, estou confiante que têm conhecimento que esse tipo de ação apenas lhes é permitido se tal lhes for pedido pelas autoridades competentes, nomeadamente pela Procuradoria-Geral da República ou pelo Ministério Público.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, provavelmente esteve atento à Comissão Parlamentar de Inquérito. Foi-nos dito aqui que o comunicado da Polícia Judiciária Militar, em que informou do achamento das armas, teria sido articulado com o Gabinete do ex-Ministro da Defesa Nacional, seu antecessor. Encontrou alguma informação sobre essa articulação? Acha que faria sentido fazer essa articulação com o seu Gabinete se sucedesse algo semelhante?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, respondendo à primeira parte da sua pergunta, devo dizer-lhe que não tenho nenhuma informação, o que sei sobre essa matéria é em função da comunicação social. Embora tenha herdado parte dos elementos do Gabinete, não há no meu Gabinete nenhum conhecimento sobre esse procedimento e, naturalmente, não considero normal que seja o Gabinete do Ministro a participar na elaboração de um comunicado de imprensa, particularmente sobre uma matéria desta natureza.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Ministro, sabendo nós que existe uma dependência orgânica da PJM do Ministro da Defesa Nacional e por parte da Polícia Judiciária uma dependência funcional do Ministério Público, considera normal que a Polícia Judiciária Militar informe o Gabinete do Ministro ou o Ministro sobre qualquer investigação que esteja no seu âmbito?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Não, enquanto Ministro da Defesa Nacional não tenho sido informado, nem deveria sê-lo, sobre investigações em curso na Polícia Judiciária Militar. Naturalmente que no momento da conclusão, no momento final, terei conhecimento ou o conhecimento será público, mas no decurso de investigações não tenho nenhum tipo de informação sobre as investigações em curso.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mudando de tema, Sr. Ministro, falou-nos em lições aprendidas. Há uma perplexidade que nós, no CDS, temos aqui relativamente à questão dos Paióis de Tancos.

A opção foi a de encerrar os paióis de Tancos. Completar a rede custava 388 000 € Encontraram-se 4,3 milhões de euros para fazer a obra em Santa Margarida e nenhuma das auditorias feitas ao Exército, pelo

Exército, recomendava o encerramento dos paióis. No entanto, a decisão foi encerrar os paióis e já aqui foi dito por alguns militares que, se calhar, vamos precisar de Tancos.

Qual vai ser o destino dos Paióis Nacionais de Tancos?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — A decisão de retirar o material de Tancos e colocá-lo noutros paióis foi uma decisão tomada logo no momento em que se verificou que não havia condições de segurança para guardar o material em Tancos.

De facto, aquilo que se verificou foi a necessidade de um investimento, que seria muito avultado, em Tancos. Uma vez que, para além da questão do investimento, temos de pensar naquilo que produz melhores resultados em termos de garantias de segurança, a opção mais segura foi, no que toca ao Exército — porque muito do material não foi para o Exército, não foi para Santa Margarida, foi para Marco do Grilo e Alcochete —, fazer um investimento em Santa Margarida.

Quanto ao futuro, acredito que sim, acredito que Tancos venha a ser utilizado no futuro, mas, obviamente, com o investimento prévio necessário para que tenha todas as condições. Neste momento, não tem.

O investimento que referiu, de 380 000 €, estava previsto antes do furto e, aquando do furto, rapidamente se verificou que a mera reparação das redes não era suficiente em termos de garantias de segurança.

Portanto, não se deve pensar que apenas com 380 000 € a segurança de Tancos estaria garantida. Não era o caso. Tancos requeria, e requer, um investimento grande para que possa voltar a ter material sensível.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Mas, Sr. Ministro, vai voltar, então, a ser um paiol, no futuro. É isso?

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Ainda é um paiol!

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Desde logo, é uma questão funcional e o próprio Exército tem de tomar as decisões apropriadas. Esta não é matéria que seja estritamente da competência do ministro. É uma matéria que o Exército terá de decidir. Como sabe, boa parte do material não está à guarda do Exército, mas, havendo necessidade, no futuro, serão feitos os investimentos necessários para que Tancos volte a ser utilizado. Mas, antes que isso aconteça, vai ser necessário muito trabalho e muito investimento.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Quer o Sr. Major Vasco Brazão, quer o Sargento Mário Carvalho, que estão envolvidos nesta questão de Tancos, foram condecorados com a Medalha da Defesa Nacional pelo seu antecessor. Comprovando-se tudo aquilo que já foi aqui objeto de depoimento, quer no âmbito da Comissão de Inquérito, quer no âmbito da investigação criminal, o Sr. Ministro vai rever essas mesmas condecorações?

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Sr. Deputado, agradeço ter levantado a questão e admito não conhecer suficientemente o regulamento da Medalha da Defesa Nacional, mas irei seguramente olhar para esse regulamento, uma vez concluído esse processo, e verificar se as circunstâncias justificam retirar a Medalha da Defesa Nacional.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Terminamos, assim, a primeira ronda.

Havendo duas inscrições para a segunda ronda, dou a palavra ao Grupo Parlamentar do PSD, ao Sr. Deputado Rui Silva.

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, não tinha previsto intervir na segunda ronda, mas, perante as respostas que o Sr. Ministro deu a outros grupos parlamentares, tenho naturalmente de lhe fazer uma pergunta.

Se já me pareceu difícil, na passagem de testemunho do seu antecessor para si, não terem falado sobre o caso de Tancos, uma vez que ele deu origem à demissão do ministro, e fazendo fé nas suas palavras de que o que lhe interessa é o futuro e não o passado, não compreendo, e acho que nenhum português compreenderá, que o Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro não tenham conversado sobre o caso de Tancos, dada a gravidade que esse caso teve para a imagem de Portugal, para a imagem das Forças Armadas e para a imagem do Governo. Não compreendo que não tenham conversado, que não tenha havido nenhuma orientação e que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro agora em funções não tenham tido uma preocupação profunda em relação a este caso. Pareceu-me, pelas suas declarações, utilizando as palavras do CDS, que houve uma clara desvalorização deste facto, quer por parte do seu antecessor, quer por parte do Sr. Ministro, quer por parte do Sr. Primeiro-Ministro.

O caso de Tancos é um caso que estava na ordem do dia. É um caso que afetou a imagem de Portugal. Parece-nos que nenhum português compreenderá que os responsáveis máximos deste País não tenham conversado sobre essa matéria. Ninguém irá acreditar neste título que amanhã sairá nos jornais. Ninguém!

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Já sabe o que vão dizer os jornais amanhã!

O Sr. **Rui Silva** (PSD): — Não. É que, de facto, isto causa perplexidade.

O Sr. Ministro falou em melhorias. Deixe-me perguntar-lhe, então, o seguinte: como está a lei orgânica da Polícia Judiciária Militar? E o facto de a Polícia Judiciária Militar não fazer parte da UCAT (Unidade de Coordenação Antiterrorismo)? Como é que se compreende que a Polícia Judiciária Militar não tenha relacionamento nem faça parte de organismos de cooperação internacional, na área da pesquisa?

Sr. Ministro, já conversaram sobre isto? Já avaliaram estas dificuldades que a Polícia Judiciária Militar tem?

Já agora, voltando a falar do mesmo, este problema de Tancos revela claramente uma descoordenação e uma falta de diálogo entre as diversas entidades responsáveis pela segurança. Não se pode limitar a resolução do problema de Tancos à transferência do material para outros paíóis, ou ao facto de esses paíóis agora terem sistemas de vigilância, ou de se fazerem investimentos subjacentes à lei de infraestruturas militares. Sr. Ministro, é preciso fazer muito mais. O que tem feito nessas melhorias?

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado António Carlos Monteiro, do CDS-PP.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, queria abordar uma questão que não tive oportunidade de abordar nas minhas perguntas iniciais e que se prende ainda com as lições aprendidas e a forma como o Sr. Ministro nos explicou o que estaria a desenvolver com os ramos.

Essencialmente, a conversa do Sr. Ministro foi com os ramos. Ora, compreendendo a importância dos ramos no nosso modelo de Forças Armadas, estranhámos que não tenha havido uma palavra sequer sobre aquilo que já percebemos nesta altura que falhou em matéria de comunicação entre as Forças Armadas e outras entidades, tais como — já foi aqui

sublinhado — a UCAT, a Sr.^a Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Sistema de Segurança Interna, o SIRP e o SIS, tanto mais que a responsabilidade por esse mesmo contacto é do Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas. Até foi ele que teve de ir às reuniões da UCAT representar as Forças Armadas quando a questão de Tancos se colocou.

Isto obriga a pensar no papel a ser desempenhado pelo Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, quando estamos perante este tipo de situações, tanto mais que o CISMIL (Centro de Informações e Segurança Militares) depende do Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Segundo fomos também informados na Comissão Parlamentar de Inquérito, há uma reunião semanal do CISMIL, onde participa a Polícia Judiciária Militar, para partilha de informações. Nesse caso, era importante saber que informações estavam a ser partilhadas, de que forma e como deveriam ser partilhadas.

É óbvio que, se estamos a falar de processos que estão sob segredo de justiça, tenho algumas dúvidas sobre como é feita essa partilha de informação, sendo certo que o problema da falta da partilha de informação também tem a ver com essa mesma questão. Ou seja, aquilo que nos foi dito por uma das testemunhas que já aqui passou foi que a Polícia Judiciária Militar teria sido informada de que poderia haver o risco de isto vir a acontecer. O Exército diz que nunca lhe chegou esta informação. A Polícia Judiciária Militar também diz que nunca lhe chegou essa informação. E diz mais: diz que todas as semanas partilham essas informações com o CISMIL, que, pelos vistos, nada sabia, e o Sr. Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas também nada sabia, nada foi partilhado com os ramos.

Portanto, algo não funcionou na articulação entre estas diferentes entidades. Nas civis, já percebemos que algo não funcionou, mas, especialmente, algo não funcionou nas militares.

Era para nós importante perceber o que é que pensa o Sr. Ministro da Defesa Nacional. Obviamente, não lhe recomendo que assista a todas as audições da Comissão Parlamentar de Inquérito, mas terá, com toda a certeza, no seu gabinete, alguém que o poderá fazer e resumir as dificuldades que têm sido encontradas, bem como procurar estudar as melhores soluções.

É que o Sr. Ministro procura dar ao País a garantia de que o caso de Tancos não se vai repetir — admito que em Tancos não se repita —, mas problemas semelhantes podem ocorrer e as falhas na resposta, quer das entidades civis, quer das entidades militares, a problemas com esta gravidade para a segurança nacional mantêm-se permanentes por uma simples razão: ainda não houve qualquer medida legislativa ou outra que tenhamos conseguido detetar que possa obviar a que a comunicação não seja impedida de fluir entre quem tem a responsabilidade de garantir a segurança de todos os portugueses. Essa é uma falha que, nesta altura, já conseguimos detetar no funcionamento do sistema.

Admito que isso não dependa só do Sr. Ministro, mas depende fundamentalmente do Governo, talvez até do Sr. Primeiro-Ministro, e era importante saber que contributo é que a pasta da Defesa tem a dar para a melhoria desta partilha de informações.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Correia): — Sr. Ministro, tem a palavra.

O Sr. **Ministro da Defesa Nacional**: — Muito obrigado, Srs. Deputados Rui Silva e António Carlos Monteiro, pelas questões colocadas.

Indo pela ordem em que as questões foram levantadas, registro a surpresa do Sr. Deputado, mas creio que não há razão para tanto.

Reparem que a preocupação fundamental, no âmbito das reuniões que tive com o meu antecessor na passagem de pasta e das reuniões iniciais com o Sr. Primeiro-Ministro, não dizia respeito à análise daquilo que poderá ter ocorrido em Tancos, mas àquela que era a situação, nesse momento, das entidades tuteladas pelo Ministério da Defesa Nacional e aquilo que era preciso fazer.

Daí que, na passagem de pasta que o meu antecessor me fez, deixou um conjunto de elementos numa USB, de que constavam não sei se 10, se 12 questões, e Tancos, naturalmente, estando entregue onde estava, não era matéria que suscitasse intervenção do Ministro da Defesa Nacional. Aquilo que estava entregue à Polícia Judiciária continuou a está-lo e não fazia sentido, no escasso tempo que tínhamos — não foi uma conversa de café, foi uma reunião de trabalho —, dedicarmos tempo a essa matéria.

A preocupação que o Sr. Primeiro-Ministro me transmitiu em relação a Tancos não teve a ver tanto com o episódio em si mesmo ou, melhor, não teve a ver com o episódio em si mesmo, teve a ver com a necessidade de, nas Forças Armadas, se ultrapassar o problema.

Quando digo que não falámos de Tancos, quero dizer que não falámos daquilo que se passou, mas falámos, naturalmente, do impacto desmoralizador que Tancos teve sobre as Forças Armadas e da necessidade de ir para além. Esse foi o fator que teve alguma relevância na primeira e nas subsequentes conversas que tive com o Sr. Primeiro-Ministro e não qualquer consideração sobre aquilo que se terá passado em Tancos, ou o que se terá passado na altura do achamento.

Em relação à questão da lei orgânica da Polícia Judiciária Militar, efetivamente, há um trabalho sobre essa matéria. A lei orgânica precisa de uma atualização, mas o momento para a apresentação dessa atualização não

é este. Não é o momento em que há uma intensa necessidade de debate sobre uma matéria que foi grave e em que a Polícia Judiciária Militar esteve envolvida. Não é esse o momento apropriado para se repensar a Lei Orgânica da Polícia Judiciária Militar. A minha expectativa é a de que esse momento virá logo que tenhamos virado esta página e se possam fazer os ajustamentos necessários à Lei Orgânica.

O Sr. Deputado António Carlos Monteiro falou de questões relacionadas com o sistema de contacto entre várias instâncias da esfera da Defesa e o mau funcionamento que efetivamente houve. Permita-me fazer aqui uma correção de ênfase, porque efetivamente, quando falei das melhorias no âmbito dos sistemas de segurança dos nossos paíóis, eu estava a pensar naquilo que aconteceu no interior dos ramos, nas medidas tomadas, sobretudo, no Exército e, em alguma medida, também na Força Aérea e na Marinha.

Mas o Sr. Deputado tem razão em dizer que há aqui também um papel para o EMGFA e para o CEMGFA.

Desde logo, o CEMGFA é, como diz a lei, o meu principal conselheiro militar e, portanto, reúno com o CEMGFA, normalmente, várias vezes por semana, se estivermos os dois no País, e fomos falando, com certeza, do impacto de Tancos, por vezes num enquadramento mais formal, por exemplo, quando pedi a sua opinião sobre o futuro Chefe de Estado-Maior do Exército, uma opinião que ele tem de dar e para tal ausculta o Conselho Superior do Exército — esse é um momento mais formal —, mas, mais genericamente, oiço os conselhos que ele tem a dar sobre o funcionamento das Forças Armadas. Naturalmente que não falámos, ele e eu, de questões relacionadas, por exemplo, com videovigilância ou com redes, etc., mas falámos do impacto que esta matéria teve sobre as Forças Armadas e nos mecanismos para superar essa situação.

O novo diretor da Polícia Judiciária Militar, ainda nomeado pelo meu antecessor mas que estava em funções há pouco tempo quando assumi funções, tem instruções claras, e tem estado a trabalhar, no sentido de aperfeiçoar os mecanismos de contacto com outras entidades. Essa é uma orientação que ele tem, é um trabalho que ele tem vindo a fazer.

Penso que não há necessidade de nova legislação sobre a matéria, mas evidentemente que há a necessidade de uma prática mais consistente de cooperação entre as instituições e as instruções que tenho dado sistematicamente vão no sentido de encorajar ou de ordenar aquilo que já existe em termos da lei, que é uma boa colaboração institucional entre os diferentes órgãos do Ministério da Defesa e, sim, outros órgãos que têm alguma relevância para efeitos UCAT.

Portanto, não o mencionei anteriormente, mas, sim, há um trabalho a ser feito com o Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas e também no âmbito da comunicação entre os órgãos relevantes para efeitos UCAT.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Queria agradecer aos Srs. Deputados e ao Sr. Ministro, em especial, a disponibilidade que teve para estar aqui connosco e os esclarecimentos que nos deu.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Dá-me licença, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Faça favor, Sr. Deputado Ascenso Simões.

O Sr. **Ascenso Simões** (PS): — Sr. Presidente, queria pedir aos grupos parlamentares que, logo no início da reunião de terça-feira, aprovássemos os requerimentos de pedido de documentação, porque isso nos ajudaria a avançar no trabalho e temos, ainda, de fazer as perguntas ao Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Presidente** (José de Matos Rosa): — Eu, na qualidade de Presidente em exercício, transmitirei ao nosso Presidente, Filipe Neto Brandão, essa necessidade, porque ela é real.

Agradecendo, mais uma vez, ao Sr. Ministro a sua disponibilidade e os esclarecimentos que nos deu, dou por encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 26 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.